

## **Curso de Formação de Conselheiros em Direitos Humanos Abril – Julho/2006**

Realização: Ágere Cooperação em Advocacy  
Apoio: Secretaria Especial dos Direitos Humanos/PR

### **Módulo III: Conselhos dos Direitos no Brasil**

#### **Área: Igualdade Racial**

Autoria: Maria de Lourdes Alves Rodrigues  
Verônica Maria da Silva Gomes

Colaboração: Maria Célia Orlato Selem  
Maria Lucia da Silva

### **Aula 6 – As Conferências de Promoção da Igualdade Racial - CONAPIR**

Organizada pela Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR/PR) e pelo Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPIR), a 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CONAPIR ocorreu em Brasília, de 30 de junho a 2 de julho de 2005, constituindo-se num marco das relações étnico-raciais brasileiras no Ano Nacional da Promoção da Igualdade Racial.

Os grupos étnicos discriminados de negros, indígenas, ciganos, árabes-palestinos e judeus, trouxeram à baila todo um passado e também um presente racistas, apontando estratégias de superação das desigualdades raciais para um futuro mais humano, justo e solidário, calcado no respeito à diferença.

#### **Conferências estaduais**

Todo o processo preparatório nos 26 Estados e no Distrito Federal foi acompanhado pela secretária especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, ministra Matilde Ribeiro, pela direção da SEPPIR e por integrantes do CNPIR, os quais percorreram todo o território nacional, desde dezembro de 2004, para garantir o envolvimento da sociedade civil e de gestores.

As conferências estaduais alicerçaram a constituição dos Planos Estaduais de Promoção da Igualdade Racial, os quais estabelecem, em nível local, ações de acordo com a realidade de cada Estado. Além disso, firmaram-se, com governos estaduais e municipais, os termos de adesão ao Fórum Intergovernamental de

Promoção da Igualdade Racial, a fim de concretizarem-se políticas públicas anti-racistas.

## **A Conferência Nacional**

Os 963 delegados (as), 365 convidados (as) e 672 convidados não credenciados, garantiram um público diversificado, reunindo-se representantes governamentais e da sociedade civil, convidados e autoridades nacionais e internacionais.

A 1ª Conferência caracterizou-se como um marco de um País que anseia novos rumos no que diz respeito à questão racial e que está aprendendo a tratar a temática de forma transversal, estabelecendo prioridades e a necessidade de trabalho conjunto entre ministérios, mas mantendo-se o diálogo com a sociedade civil.

As principais discussões da Conferência Nacional sobre gênero, trabalho, juventude, saúde, educação, religiosidade, comunicação e cidadania são destacadas a seguir:

- **religiosidade afro-brasileira** - iyalorixás, babalorixás<sup>1</sup> e demais religiosos de matriz africana demarcaram espaço na 1ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, apontando como políticas emergenciais a sustentabilidade de terreiros, recuperação de espaços sagrados históricos e benefícios previdenciários, a exemplo de sacerdotes de outras vertentes religiosas. Conclamaram a SEPPIR como instrumento da interlocução contra o racismo e a intolerância no Brasil.
- **Trabalho** – o grande desafio para a população negra e governo é a inserção no mercado de trabalho e melhores salários. Os grupos apontaram como prioridades as questões de qualificação profissional, principalmente de jovens e mulheres negras, linhas de crédito e cooperativas voltados para a responsabilidade social e a criação de emprego e renda, além do levantamento do perfil da população negra inserida no mercado de trabalho.
- **Saúde** – este é considerado um dos campos com maior avanço, devido ao acúmulo de conhecimento científico produzido pela militância negra e de proposição de políticas públicas pelo Ministério da Saúde. A exemplo de encontros dirigidos, como o Seminário Nacional de Saúde da População Negra, realizado no ano passado, essa temática se reforça a cada encontro demarcando espaço, sensibilizando gestores e atores sociais, além de evidenciar a importância dessa área.
- **Educação** - teve como pauta nacional a política de ações afirmativas e a implementação da lei 10.639, que institui na grade curricular do ensino fundamental e médio o ensino de História e Cultura da África e dos Povos Afrodescendentes.

---

<sup>1</sup> Iyalorixás e babalorixás – respectivamente sacerdotisa e sacerdote dos cultos de matriz africana.

- **Comunicação** - jornalistas e comunicadores negros convidados para a cobertura do Painel Internacional Ações Afirmativas e Objetivos do Milênio e da Conferência Nacional articularam um grupo propositivo de políticas de comunicação anti-racistas e estratégias de enfrentamento ao discurso discriminatório dos meios de comunicação de massa.
- **Juventude** - a juventude negra demonstrou seu comprometimento com a construção de uma nação mais inclusiva e respeitadora das diferenças. Pautaram a questão juvenil em todas as áreas discutidas, com prioridade para o campo da educação, desde a educação infantil, por ser uma fase para construção da identidade étnico-racial, passando pelos cursinhos pré-vestibulares, chegando até a defesa da política de cotas no que se refere ao acesso, permanência e inserção profissional. Na saúde, a questão da mulher negra, dos direitos sexuais e reprodutivos, da descriminalização do aborto, da formação de profissionais e do aperfeiçoamento do atendimento foram debatidos pela juventude. A juventude também apontou para uma pauta conjunta sobre a orientação sexual, em virtude do movimento negro não discutir a homofobia, nem o movimento GLBTT, a questão racial.
- **Quilombolas** - as comunidades negras rurais quilombolas elencaram como prioridades a regularização fundiária e o etnodesenvolvimento sustentável. As mulheres negras quilombolas, exigiram saúde, educação e trabalho.
- **Indígenas** - reivindicaram a criação de uma secretaria especial com status de ministério, vinculada à Presidência da República, para acompanhar as políticas e ações voltadas às suas populações. A proposta foi apresentada pelos delegados indígenas e aprovada no Grupo de Trabalho que discutiu políticas indigenistas. Os representantes indígenas apresentaram outras 125 propostas durante a Conferência.
- **Ciganos saem do anonimato em busca de direitos** - reivindicaram do governo adaptações nos sistemas de saúde e educação para garantir um atendimento adequado às comunidades. Enfatizaram que, somente com o advento da SEPPIR os gestores públicos estão reconhecendo as características especiais do povo cigano e se dispondo a discutir políticas públicas. Os grupos ciganos, por exemplo, querem mais compreensão para com o fato das mulheres só aceitarem atendimento ginecológico de médicas. Na educação, o grande problema é a matrícula das crianças em idade escolar. Os grupos nômades têm o costume de mudar o acampamento de três em três meses. Com a demora no processo de matrícula, muitas crianças ficam sem estudar. Aquelas que conseguem a matrícula, muitas vezes são discriminadas, em sala de aula, pela falta de entendimento dos próprios professores sobre os hábitos ciganos.
- **Comunidades judaica e palestina ajustam os ponteiros** - ao final de uma intensa negociação entre as delegações judaica e palestina, mediada por representantes da SEPPIR e do CNPIR, a Conferência presenciou um

momento de confraternização entre Integrantes da Conib (Confederação Israelita do Brasil) e da Copal (Confederação Árabe Palestina do Brasil), que chegaram a um acordo em que as moções e resoluções anteriormente definidas foram substituídas, de comum acordo, por um pacto de paz.

O rico debate travado entre os diversos segmentos deu espaço para a indicação de diretrizes para a elaboração do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial de forma plural e democrática, demonstrando a capacidade da sociedade civil de construir alianças em torno das demandas mais emergenciais, como por exemplo, no caso do Estatuto da Igualdade Racial que foi aprovado na íntegra com a garantia de fundo orçamentário.

O desafio da implementação do plano está colocado para os gestores das diversas instâncias de poder e para a sociedade civil organizada.

**Praticando:**

- 1) Você já participou de alguma conferência de promoção da igualdade racial em seu estado e município?
- 2) Os conselhos no seu estado e município já convocaram conferências de promoção da igualdade racial?
- 3) Caso já tenha sido realizadas, quais foram as principais deliberações da conferência de promoção da igualdade racial em seu estado e município? Estas deliberações foram divulgadas junto à sociedade e governo local?

**Links Interessantes**

Relatório Final da 1ª CONAPIR:

[https://www.presidencia.gov.br/seppir/publicacoes/relatorio\\_final\\_conapir.pdf](https://www.presidencia.gov.br/seppir/publicacoes/relatorio_final_conapir.pdf)